

Título: Procedimentos constitucionais que impedem a plena democracia

Autor(es) Clehilton Paiva de Carvalho

E-mail para contato: eleonorafreire@ig.com.br

IES: UNESA / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): democracia; direito; constituição

RESUMO

A Revolução Democrática vitoriosa mais recente no Brasil se localiza na década de oitenta do século passado. Nela a luta por um país livre do governo autoritário e democrático saiu vitoriosa com a eleição indireta de Tancredo Neves e a posterior promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, que instituiu no país o denominado Estado Democrático de Direito e neste a volta das eleições diretas. Porém, essa nova era democrática ainda traz ranços de uma manipulação maniqueísta, onde alguns compositores das ordens em nível nacional ainda detêm poderes que dificultam a instauração da plena democracia em nosso país, como as Medidas Provisórias e algumas distorções na representação no legislativo federal, como a defasada distribuição dos cargos do legislativo e a assunção de suplentes do Congresso. Além desses é notório alguns aspectos que já se consolidaram no incômodo coletivo à nossa devenir democrática, como, por exemplo, a obrigatoriedade do voto, a negativa de votos à população carcerária, a irreal seriedade na aplicação de nossos impostos em proveito da própria população, enfim uma série de defeitos de uma idéia democrática em construção. As Medidas Provisórias, mesmo tendo a maior parte de seu poderio (vide aprovação tácita diante do silêncio do Legislativo, no decurso do prazo) restringido pela Emenda Constitucional 32/2001, ainda fazem certa frente à plena realização democrática, mesmo tendo como fulcro fato determinado e de relevante necessidade e urgência, pois sua prerrogativa exclusiva ao detentor do Poder Executivo e sua eficácia imediata criam essa distorção. Quanto às distorções geopolíticas geradas pela distribuição das cadeiras no legislativo nacional, temos um quadro pintado ao mais puro expressionismo de Dali, onde a realidade é exagerada e a verdade muito menor. Em nosso caso, afora o constante mais lento crescimento dos índices socioeconômicos, temos muitas cadeiras ocupadas por estados em que a lógica do coronelismo ainda está voga e, infelizmente, isso suscita em políticos interessados não em evoluir mais seus currais eleitorais, mais em mantê-los a troco de promessas e migalhas. Situação atual essa que culmina com a decisão, dos ministros do TSE, que decidiram por unanimidade ratificar resolução de 2013 que altera o tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados já para as eleições de outubro deste ano. Essa mudança aumenta a participação de estados, como Pará, na Câmara dos Deputados. Outro ponto curioso em nossa história é a obrigatoriedade do voto, que ainda enseja debates acalorados. De um lado defensores de uma consciência necessária à sociedade, avalizada pelo voto, mesmo que obrigatório, e por outro o contra censo de se pregar a liberdade democrática por meio de uma ação autoritária, à revelia da verdade de que, a isenção ao voto é uma manifestação democrática válida. Por fim temos a aplicação dos impostos que não conseguem dar vazão a seu significado. Vivemos sendo açoitados por cobranças cada vez maiores e resultados cada vez mais ínfimos. Só para localizar em um recente fracasso, tem-se o caso da extinta CPMF que por uma década, de 1997 a 2007, teve como objetivo abastecer a Saúde do País, mas viu essa se tornar uma das mais precárias do mundo, com hospitais sucateados, profissionais em quantidade reduzida e absurdamente mal remunerados. Desta forma, a presente pesquisa pretende abordar como nossa República ainda padece de falhas na sua concepção democrática através de pesquisa bibliográfica e acompanhamento de noticiários. A presente pesquisa tem como objetivos: •Delimitar as deficiências de nosso regime democrático; •Entender os limites de nossa democracia; •Analisar e indicar alguns aspectos essenciais da necessária reforma política. A presente pesquisa utilizará a metodologia de análise histórica da nova fase democrática, inaugurada em nosso país a partir da promulgação da Constituição de 1988, através de dados concretos retirados de fontes oficiais governamentais e dos noticiários políticos, assim como, de análises de teóricos voltados à abordagem do tema proposto.